

UM BOM FUTURO

*** Roberto Rodrigues**

Olhando para o que aconteceu no ano de 2010, os agricultores brasileiros em geral devem estar razoavelmente satisfeitos. Salvo problemas de clima em algumas regiões em que a produtividade não foi das melhores, as safras foram fartas.

Os preços não estiveram ruins, especialmente em dólares, de modo que se pode dizer que foi um bom ano. Por outro lado, olhando agora para 2011, também o horizonte é favorável.

Os preços continuam acima das médias históricas, a demanda mundial segue crescendo, e a OCDE continua insistindo que a oferta global de alimentos precisa crescer vinte por cento em dez anos para atender ao aumento das populações dos países emergentes onde a renda per capita cresce mais que o dobro da dos países ricos, e, para que estes vinte por cento se materializem, o Brasil precisa aumentar sua produção agrícola em quarenta por cento até 2020.

Portanto, há um cenário promissor para o nosso agronegócio, que deve se alongar por mais uns dez anos, sem falar da agroenergia, cuja procura deve crescer mais que a de alimentos, dadas as questões ligadas ao aquecimento global e à sustentabilidade, no que se convencionou chamar de economia verde.

Esse panorama coincide com importantes mudanças na estrutura de poder no Brasil. Muda a presidência da República, muda mais da metade dos governadores dos estados, muda quase um terço do Parlamento. E por maior continuidade que possa existir em qualquer um destes locus, é claro que os seus novos ocupantes têm sua visão própria das coisas, suas ambições pessoais em termos de realizações e êxitos, seus sonhos e projetos.

Sob essa ótica, é essencial que os novos líderes, particularmente no Executivo Federal, tenham clareza das chances formidáveis que o Brasil tem neste momento de se firmar no cenário mundial como o grande país agrícola do século XXI.

Com políticas públicas adequadas, o agronegócio terá um crescimento exponencial nos próximos dez anos, consolidando uma posição que nunca mais perderemos, e mais, criando empregos sustentados, riquezas e renda distribuídos por todas as regiões brasileiras, com base no agro.

Os fatores determinadores deste resultado já foram discutidos neste espaço e são sobejamente conhecidos: política de renda para o campo, investimentos em infraestrutura e logística, maior agressividade nos acordos comerciais (inclusive tendo em vista a agregação de valor em nossos produtos primários), recursos para tecnologia, firmeza na defesa sanitária e, sobretudo, definição de uma estratégia de estado, com um conjunto de programas com os quais se comprometam todos os órgãos se governo com alguma ligação com o campo, o parlamento e até o judiciário, que implique em ação coordenada inclusive com a modernização do aparato legal para as atividades rurais.

No entanto, existem alguns temas que estão fora destas linhas mais amplas, e que podem perturbar seriamente este cenário promissor.

Um deles é o câmbio. As perdas que os produtores estão acumulando com a desvalorização do dólar frente ao real são imensas, a ponto de anular em alguns casos os bons preços internacionais em dólares. Qual a solução para isso? Já está claro que o câmbio continuará flutuante na mesma linha do que se viu nos oito anos de governo Lula. Isso tem a ver com a taxa de juros.

Nos níveis dos nossos juros, é claro que o capital estrangeiro especulativo continuará a chegar a catadupas, valorizando ainda mais o real.

Mas é preciso sair desta armadilha e é evidente que a única saída definitiva é o ajuste fiscal. O governo precisa ir reduzindo a gastança, tem que estimular o setor privado a investir e com isso poderá reduzir as taxas de juros e a carga tributária, tirando a atratividade das aplicações especulativas de capital estrangeiro.

Em suma: se o ajuste fiscal for feito, teremos condições muito boas para o necessário crescimento do agronegócio. Nem é preciso que o governo pare de gastar: basta que o gasto não aumente daqui para a frente que, com o crescimento da arrecadação em função do aumento da atividade econômica, o equilíbrio virá naturalmente. Eis um vigoroso tema para o novo governo, nada trivial porque implica em menor populismo, o que nem sempre é simpático...

E ainda falta resolver o complicado Código Florestal que não avança por falta de bom senso, rever a questão da compra de terra por estrangeiros, eliminar de uma vez por todas a tolice dos índices de produtividade, entre alguns temas mais empolgantes, e estaremos prontos para liderar o agronegócio mundial.

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da FIESP e professor de Economia Rural da UNESP/Jaboticabal**